



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Direitos Difusos e Coletivos

CÓDIGO:

UNIDADE ACADÊMICA: FADIR

PERÍODO/SÉRIE: 10º PERÍODO

**CH TOTAL
TEÓRICA:**
30 h

**CH TOTAL
PRÁTICA:**
0 h

CH TOTAL:
30 h

OBRIGATÓRIA: () **OPTATIVA:** (X)

OBS:

PRÉ-REQUISITOS: Direito Processual Civil I, Direito Processual Civil II, Direito Processual Civil III.

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Compreender o direito constitucional processual como forma de garantias aos direitos fundamentais de terceira e quarta gerações.

EMENTA

1. Interesse e legitimação.
2. A defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
3. Proteção ao meio ambiente e à diversidade biológica.
4. Proteção ao consumidor.
5. Proteção ao patrimônio cultural, artístico, histórico, estético e turístico.
6. Proteção ao patrimônio público.
7. Proteção à criança e ao adolescente.
8. Proteção ao idoso.
9. Proteção à ordem econômica.
10. Proteção à ordem urbanística.
11. Portador de deficiência física e inclusão social.
12. Instrumentos processuais constitucionais dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Handwritten signature

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. INTERESSE E LEGITIMAÇÃO

- 1.1. Interesse público e interesse privado.
- 1.2. Interesse público primário e interesse público secundário.
- 1.3. Interesses transindividuais e seu conceito normativo.
- 1.4. Interesses difusos. Interesses coletivos.
- 1.5. Interesses individuais homogêneos.
- 1.6. Interesses individuais indisponíveis e as regras de ordem pública.

2. A DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

- 2.1 Perda da diversidade biológica e proteção internacional.
- 2.2 A biossegurança e sua política nacional.
- 2.3 Florestas. Áreas de preservação permanente e unidades de conservação.
- 2.4 Controle de agrotóxicos, produtos nocivos e tóxicos.
- 2.5 A mineração.
- 2.6 A proteção da fauna.
- 2.7 A água e sua proteção legal.
- 2.8 A proteção ambiental frente à política e crise energética.
- 2.9 A energia nuclear à luz da Constituição Federal.
- 2.10.0 Responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos nucleares.
- 2.11 Risco e perigo, o princípio da precaução e o princípio da prevenção.

3. PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

- 3.1 Conceito de relação jurídica de consumo.
- 3.2 Os sujeitos da relação jurídica de consumo.
- 3.3 Teoria maximalista teoria finalista e teoria finalista exacerbada.
- 3.4 Princípios e teoria geral do Direito do Consumidor.
- 3.5 Direitos básicos. Práticas abusivas.
- 3.6 A teoria da confiança e o regime consumerista da publicidade.
- 3.7 Controle de abusividade dos contratos pelo Ministério Público.

4. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL, ARTÍSTICO, HISTÓRICO, ESTÉTICO E TURÍSTICO:

- 4.1 O exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional.
- 4.2 Incentivo, valorização e difusão das manifestações culturais.
- 4.3 As produções indígenas, populares e afro-brasileiras.
- 4.4 Defesa do direito do autor e a defesa das obras de domínio público.
- 4.5 Os arquivos da repressão militar e historicismo axiológico (dimensão política da verdade).
- 4.6 O tombamento e seu registro. As reservas ambientais e culturais turísticas.

5. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO

- 5.1 Conceito de patrimônio público.
- 5.2 Patrimônio público como direito fundamental.
- 5.3 Administração pública e acervo do patrimônio público.
- 5.4 Princípios *enformadores* da Administração Públicas.
- 5.5 Lei de improbidade administrativa e controle da Administração Pública.
- 5.6 A improbidade administrativa como forma de corrupção.

6. PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AP.
X



- 6.1 Microssistema familiar, direitos fundamentais e princípios.
- 6.2 Prevenção.
- 6.3 Política de atendimento.
- 6.4 Medidas de proteção.
- 6.5 Prática de ato infracional.
- 6.6 Responsabilidade dos pais ou responsável.
- 6.7 Da colocação em lar substituto. Acesso à justiça.

7. PROTEÇÃO AO IDOSO

- 7.1 Noções gerais, direitos fundamentais e princípios.
- 7.2 Direitos básicos.
- 7.3 Medidas de proteção.
- 7.4 Política de atendimento e entidades.
- 7.5 Práticas infrativas.
- 7.6 Acesso à justiça.

8. PROTEÇÃO À ORDEM ECONÔMICA

- 8.1. O mercado como bem difuso por excelência.
- 8.2 Mercado, concorrência e boa-fé.
- 8.3 Mercado: *locus* da empresa, do empresário e do consumidor.
- 8.4 A proteção Constitucional à higidez do mercado.
- 8.5 A lei federal nº 8.884/94.
- 8.6 A lei federal nº 8.137/90.
- 8.7 Infrações de ordem econômica.

9. PROTEÇÃO À ORDEM URBANÍSTICA

- 9.1 O Estatuto da Cidade e a função social da propriedade.
- 9.2 Estudo de impacto de vizinhança.
- 9.3 Direito de preempção.
- 9.4 Concessão especial de uso.
- 9.5 Plano Diretor e gestão democrática.
- 9.6 Imposições e restrições urbanísticas.
- 9.7 Proteção rural pelo Estatuto da Cidade.

10. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E INCLUSÃO SOCIAL

- 10.1 Medidas protetivas.
- 10.2 Direitos fundamentais.
- 10.3 Inclusão no mercado.
- 10.4 Inclusão no serviço público.
- 10.5 Acessibilidade.

11. INSTRUMENTOS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

- 11.1 Ação civil pública.
- 11.2 Mandado de segurança coletivo.
- 11.3 Ação popular.
- 11.4 Mandado de injunção.
- 11.5 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Direito processual coletivo brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003.



_____. *Codificação do direito processual coletivo brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

ANTUNES, Paulo Bessa. *Direito ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ARRUDA ALVIM, José Manoel de, ALVIM, Thereza; ARRUDA ALVIM, Eduardo; e MARINS DE SOUZA, James J. *Código do consumidor comentado*. São Paulo, RT, 1992.

CARNEIRO, Ruy de Jesus Marçal. *Organização da cidade: planejamento municipal, plano diretor e urbanificação*. São Paulo: Max Limonad, 1998.

CORREIA, Fernando Alves. *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*. Coimbra: Almedina, 1989

Bibliografia complementar:

BENJAMIN, Antônio Herman (organizador). *Comentários ao Código de Proteção do Consumidor*. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. *A insurreição da aldeia global contra o processo civil clássico*, In: *Ação civil pública – Lei 7.347/85 – reminiscências e reflexões após dez anos de aplicação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CAPPELETTI, Mauro e GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1988.

CANOTILHO, J.J. GOMES. *Proteção do ambiente e direito de propriedade*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

CURI, GARRIDO & MARÇURA. *Estatuto da criança e do adolescente anotado*. São Paulo: RT, 1995.

DOTTI, René Ariel. *A tutela penal dos interesses coletivos*. In: *A tutela dos interesses difusos*. São Paulo: Max Limonad, 1984.

FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de direitos do consumidor*. São Paulo: Atlas, 2007.

FIORILLO, Celso A. Pacheco. *Curso de direito ambiental*. São Paulo: Saraiva.

FREITAS, Vladimir Passos de. *A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais*. 2ª ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Código brasileiro de defesa do consumidor*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2ª ed., 1992.

LOPEZ, Teresa Ancona. *Livre-arbítrio – Responsabilidade e produto de risco inerente*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

_____. *Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros. 13ª ed. 2005.



MARTINS, Fernando Rodrigues. **Controle do patrimônio público**. 3ª ed. São Paulo: RT, 2009.

MATEO, Ramón Martín. **Tratado del derecho ambiental**. Madrid: Trivium, 1991.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. São Paulo: Saraiva, 1996.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

OLIVEIRA, Alúcio Pires. **Estatuto da cidade: anotações à Lei 10.257, de 10.07.2001**. Curitiba: Juruá, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental Constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995.

APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Ms. Nelvécio Damis de Oliveira Cunha
Coord. de Graduação da FACULDADE DE DIREITO
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso
Portaria R. Nº 879/09

Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Dr. Aguinaldo Alemar
Diretor da FACULDADE DE DIREITO
Carimbo e assinatura do Diretor da
Portaria R. Nº 733/10
Unidade Acadêmica